

ACTA nº 3

----- Ao décimo sexto dia do mês de dezembro pelas vinte e uma horas, reuniu em Sessão Ordinária, na sede da Freguesia de Pombal, a Assembleia de Freguesia de Pombal, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

----- **Período de Antes da Ordem do Dia** -----

- 1º - Leitura, discussão e votação da ata da sessão Ordinária de dia 30 de setembro de 2021; -----
- 2º - Leitura, discussão e votação da ata da sessão extraordinária de 12 de novembro de 2021; -----
- 3º - Leitura de expediente recebido -----
- 4º - Intervenções na generalidade. -----

----- **Período da Ordem do Dia** -----

- 5º- Apresentação da situação financeira da Freguesia de Pombal; -----
- 6º - Informação da senhora presidente da Junta acerca da atividade desenvolvida pela Freguesia de Pombal, desde 13 de outubro até 30 de novembro de 2021; -----
- 7º - Apresentação, apreciação e votação do Regimento da Assembleia de Freguesia para o quadriénio 2021-2025; -----
- 8º- Apresentação, apreciação e votação do Mapa de Pessoal para o ano de 2022; -----
- 9º- Apresentação, apreciação e votação do Orçamento para o ano 2022; -----
- 10º- Apresentação, apreciação e votação das Grandes Opções do Plano (PPI e PPA) 2022/2025; -----
- 11º- Apresentação, apreciação e votação da autorização prévia genérica para assunção de compromissos plurianuais; -----
- 12º - Marcação da próxima sessão da Assembleia; -----
- 13º - Período de intervenção do público. -----

--- Presenças na Assembleia: -----

--- Todos os elementos da Junta de Freguesia de Pombal; -----

--- Dos dois partidos políticos que fazem parte da Assembleia estiveram presentes os Senhores Deputados a seguir mencionados: -----

--- **Bancada do Partido Social Democrata [PSD]:** -----

--- Nelson Cordeiro Pedrosa -----

--- Susana Margarida Rodrigues dos Santos -----

--- Inês da Mota Santos -----

--- Paulo José Tomaz de Oliveira -----

--- Carla Alexandra Conceição Jorge -----

--- Graciano Ricardo da Conceição Gonçalves -----

--- Álvaro José Vieira Lopes -----

--- Isabel Sofia Fernandes Moio -----

--- Natália da Silva Martins -----

-----**Bancada do Partido Socialista [PS]:**-----

--- Elisabete Maria dos Santos Alves -----

--- Vânia Teresa Marto -----

--- Luís Manuel dos Santos Matias -----

---Carlos Alberto Ferreira Rodrigues -----

-----**Período Antes da Ordem do Dia**-----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, após cumprimentar todos os presentes, começa por informar a substituição de Francisco Monteiro por Natália Martins, passando de imediato ao período antes da ordem do dia. Neste ponto, começa por apresentar a ata da Assembleia de 30 de setembro de 2021, a qual foi aprovada por maioria, com 4 abstenções da bancada do PS. Tomou a palavra Elisabete Alves para fazer declaração de voto, referindo que o sentido de voto da bancada do PS prende-se com o facto de não terem estado presentes na Assembleia da qual se lavrou a ata em questão. -----

----O Senhor Presidente da Mesa passa ao segundo ponto da ordem do dia, que diz respeito à apresentação da ata da sessão da Assembleia Extraordinária do dia 12 de novembro de 2021. Tomou a palavra Luís Matias, que após cumprimentar todos os presentes, refere que na Assembleia anterior questionou o executivo sobre os valores das remunerações do cargo de Presidente de Junta e esses valores não constam na ata em votação. Refere também que na sua opinião a ata em discussão não reflete na íntegra o que foi dito na Assembleia. Tomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa para dizer que os valores das remunerações referidas são valores tabelados e públicos; informa também que, segundo o regimento em vigor, a ata que é lavrada em cada Assembleia deve ter um resumo de cada intervenção e não uma transcrição de tudo o que é dito; a ata é levada a votação e é aprovada por maioria, com 4 abstenções da bancada do PS. -----

----O Senhor Presidente da Mesa passa ao terceiro ponto referente ao expediente recebido, dando conta da correspondência recebida: um email da Presidente da Comissão Política do CDS-PP de Pombal, Liliana da Silva, com um pedido de agendamento de reunião e disponibilização das propostas de orçamento de 2022 e grandes opções do plano; um email de Francisco Monteiro a informar da impossibilidade de comparecer na Assembleia e pedido de substituição. -----

----O Senhor Presidente da Mesa passa ao quarto ponto, intervenções na generalidade. Toma a palavra Graçiano Ricardo, que, após cumprimentar todos os presentes, começa por agradecer o trabalho realizado pelos serviços administrativos na elaboração dos documentos que hoje são apresentados e discutidos; refere a dificuldade que existe neste dias em que se vive uma crise pandémica quando se tenta projetar para o futuro, e desta forma enaltece o facto deste executivo apresentar projetos e ter ambição de os concretizar; reforça a importância dos serviços administrativos, uma vez que são estas pessoas que contribuem para que esta Junta consiga responder às necessidades dos seus fregueses e enaltece o trabalho desenvolvido pelas técnicas de ação social na participação na Comissão Social de Freguesia e no âmbito de projetos da Junta de Freguesia, realçando o apoio que é dado aos idosos da Freguesia; refere também a colaboração da Junta de Freguesia com a associação portuguesa de igualdade parental e direitos dos filhos, fazendo menção à reunião do grupo de mutua ajuda de Pombal, no dia 21 de dezembro, pelas 21h, o na sede da Junta de Freguesia; agradece as

intervenções nos vários caminhos que ficaram em mau estado depois das chuvas da zona do Barrocal e Caseirinhos. Tomou a palavra Luís Matias, que lamenta não poder partilhar do mesmo regozijo de Graciano Ricardo, uma vez que os seus pais vivem nos Caseirinhos e a situação da pedreira é terrível para quem lá vive, desta forma não entende como é que pessoas que vivem na localidade com os problemas que são conhecidos, pó, barulho e fissuras nas paredes, conseguem vir dizer que a população está contente; refere que para fixar população é preciso ter requisitos essenciais tais como o ambiente, qualidade nas comunicações, qualidade nas vias de comunicação, qualidade da educação, qualidade da saúde e qualidade em geral, juntamente com a habitação, salientando o facto de Pombal ter perdido população nos últimos anos, refere que nos últimos 20 anos de Junta e 30 anos de Câmara Municipal tem sido o PSD a gerir os órgãos do Município e desta forma são responsáveis por tudo o que acontece no Município; questiona a Junta de Freguesia sobre as 4 pocilgas existentes junto ao rio na zona do Barrocal; apela aos eleitos presentes que pensem em consciência se realmente estão aqui a representar a população que os elegeram quando votam. Tomou a palavra Graciano Ricardo para responder a Luís Matias para dizer que o seu regozijo era devido ao facto das máquinas terem andado a arranjar os caminhos que precisavam de intervenção e nunca devido à situação da pedreira, informa que em Assembleias passadas já referiu várias vezes o problema da pedreira e que essas intervenções estão registadas em ata; relembra que vive há 45 anos no Barrocal, sítio onde gosta de morar e refere que está nesta Assembleia a representar toda a população independentemente da cor política de cada um. Tomou a palavra Luís Matias para lembrar os presentes que a Junta de Freguesia recebe dinheiro da pedreira relativamente à exploração e que, desta forma, a Junta não está a fazer favor nenhum àquela população com o serviço que lhe prestam. Tomou a palavra a Deputada Isabel Moio, que após cumprimentar todos os presentes, enaltece o trabalho da Junta desde o início de funções, destaca a parceria estabelecida com os CTT, que diz respeito aos cacifos que estão à porta da sede da Junta, que vai permitir descentralizar um serviço de entregas e que vai estar disponível 24h. Tomou a palavra Elisabete Alves que, após cumprimentar todos os presentes, começa a sua intervenção para dizer que espera não ver nesta Assembleia o que viu durante os últimos 4 anos na Assembleia Municipal, uma vez que a Presidente da Mesa fazia comentários a intenções de voto quando essa não era a sua função, salientando o facto do Presidente da Mesa ter respondido após a primeira intervenção do deputado Luís Matias e pede que futuramente não sejam tecidos comentários por parte da Mesa relativamente às intervenções que são feitas pelos vários elementos das bancadas; questiona o executivo sobre qual foi o contributo da Junta para a iluminação de natal da Freguesia; refere uma intervenção pública do Presidente da Câmara Municipal de Pombal no Congresso da Associação Nacional de Municípios relativamente a um pedido de mais recursos para fazer face à pobreza que fez ao Governo, desta forma questiona este executivo sobre que levantamento de situações reais de pobreza que existem na Freguesia de Pombal na tentativa de perceber o motivo da intervenção do Presidente da Câmara, uma vez que este falou neste congresso enquanto Presidente da Câmara Municipal de Pombal. Tomou a palavra Carla Jorge que, após cumprimentar todos os presentes, começa por dizer que espera que o trabalho desta Assembleia seja cada vez mais o de apresentar ideias e soluções e apontar menos o dedo, uma vez que este último é sempre a forma mais fácil de fazer política; pede a todos os presentes para acederem a um site que se chama “EUSOUDIGITAL”, um projeto do qual duas colaboradoras

da Junta fazem parte e que vai ser dinamizado pela Junta, um projeto muito importante para o desenvolvimento e que visa combater a iliteracia digital da Freguesia. Tomou a palavra a Senhora Presidente da Junta que, após cumprimentar todos os presentes, começa por dar resposta a Graciano Ricardo na questão da intervenção nos caminhos na zona do Barrocal, salientando que a Junta usa os meios que tem disponíveis, sempre que pode, para melhorar a vida dos fregueses e que vai tentar sempre fazer mais e melhor, e vai lutar sempre pelos interesses da Freguesia levando os assuntos que exigem maiores recursos a Assembleias Municipais e à Câmara Municipal sempre que seja necessário; respondendo a Luís Matias ,relembra que as condicionantes e os problemas originados pelas explorações de inertes são uma preocupação deste executivo, lembrando que esta instituição vai estar sempre do lado das pessoas e nunca do lado de quem prejudica as suas vidas; relativamente ao rio e às pocilgas referidas, informa que as pocilgas para estarem em funcionamento devem estar licenciadas e de acordo com a Direção Geral do Ambiente, devem respeitar os requisitos do Ministério da Economia e do próprio Município, desta forma compromete-se a interceder junto das autoridades competentes sempre que algo irregular lhe seja comunicado, mas relembra que não pode ser a Junta a condicionar o funcionamento de um gerador de economia local se este estiver licenciado e a funcionar de acordo com os pressupostos; revela o seu espanto relativamente à afirmação de Luís Matias relativamente ao facto da Junta receber dinheiro da pedreira e informa que a Junta não recebe qualquer verba relativamente à exploração, que certamente foi uma má interpretação dos dados que foram fornecidos e que está disponível para qualquer esclarecimento relativamente a este assunto; agradece a intervenção de Isabel Moio relativamente à parceria da Junta com os CTT, sublinhando que este é um serviço gratuito, que vai ajudar muito a população que está condicionada a horários para levantamento de encomendas, uma vez que vai estar disponível 24h; respondendo às questões de Elisabete Alves relativamente às iluminações de natal informa que a Junta, este ano, ao contrário dos anos anteriores em que dava uma contribuição financeira para melhorar a iluminação na cidade, adquiriu iluminação para decorar a zona histórica junto à sede da Junta; relativamente à intervenção que o Presidente da Câmara fez na Associação de Municípios Portugueses para que o Governo ajude mais os Municípios a combater a pobreza e as necessidades básicas das famílias que estejam em situação de pobreza e de vulnerabilidade, deu como exemplo as centenas de candidaturas à habitação social às quais não conseguem dar resposta, informando que são cerca de 118 casos sinalizados aos quais não conseguem dar resposta apenas na Freguesia de Pombal, acrescentando que na sua opinião o Estado tem muito mais por fazer e investir no que toca à habitação social e a Junta, não podendo ajudar com habitações, tenta ajudar como pode. para isso tem uma Comissão Social muito bem estruturada, que embora seja uma equipa pequena é muito forte na intervenção junto da comunidade. Referiu ainda que a junta tem parcerias com todas as instituições da Freguesia, que reportam os casos sempre que estes vão surgindo e salienta que embora a Junta não tenha meios para aumentar os quadros neste momento, continua sempre a sua luta para que as equipas cresçam e com isto cresça também a ajuda que consegue oferecer a estas famílias; agradece a Carla Jorge pelas suas palavras relativamente ao trabalho que a Junta desenvolve relativamente à literacia digital da população sénior da Freguesia. -----

--- Tomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa para passar ao período da ordem do dia e passou ao ponto 5 da ordem do dia, Apresentação Financeira da Junta de Freguesia. Tomou a palavra a Tesoureira Ana Carolina

Jesus que, após cumprimentar todos os presentes, começou por dizer que este documento é uma apresentação dos valores disponíveis de uma forma global, informando que, ao momento do relatório, a Junta tinha cento e sessenta e três mil, setecentos e noventa e cinco euros de disponibilidades; deu nota que no passado dia 8 de novembro foi a data em que o novo executivo teve a possibilidade de regularizar as operações bancárias e que nesta data foram regularizadas todas as contas até outubro; informou que foram feitos alguns movimentos entre as várias contas disponíveis apenas devido ao facto de certas transações serem mais dispendiosas nuns bancos que noutros e desta forma é feita esta gestão. Tomou a palavra a Deputada Elisabete Alves para questionar o executivo se face à mudança de executivo e à nova legislação em vigor o documento do sistema de controlo interno vai ser apresentado e quando esperam fazê-lo. Tomou a palavra a Tesoureira da Junta para responder que a norma de controlo interno poderá ser apresentada à Assembleia e essa é a vontade deste executivo, ainda não foi feito apenas porque não está finalizada, mas que depois de estar concluída irá ser apresentada a qualquer momento, informou que se espera que seja implementada a partir de 1 janeiro. -----

----Tomou a palavra o Senhor Presidente de Mesa para passar ao ponto 6 da ordem do dia, Informação da Senhora Presidente da Junta acerca da atividade desenvolvida pela Freguesia de Pombal, desde 13 de outubro até 30 de novembro de 2021. Tomou a palavra a Senhora Presidente da Junta para dizer que, na sua opinião, o documento entregue é bastante elucidativo das atividades desenvolvidas pela Junta e apresenta a sua disponibilidade para qualquer esclarecimento. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa passa ao ponto 7 da ordem do dia, Apresentação, Apreciação e Votação do Regimento da Assembleia de Freguesia para o quadriénio 2021–2025. O Senhor Presidente de Mesa aproveitou para frisar que este é um trabalho que resultou de uma comissão de trabalho formada na última sessão de Assembleia Extraordinária, do qual fizeram parte o Presidente de Mesa, pelo PS Elisabete Alves e pelo PSD Inês Santos, aproveitando para enaltecer o trabalho de Elisabete Alves na proposta de alteração ao regimento que apresentou, assim como à Inês Santos, que compilou todas as alterações a este documento que se discute neste ponto; acrescenta que este documento ficou mais extenso de forma a facilitar o trabalho de todos os que o vão usar. Tomou a palavra Elisabete Alves para dizer que esta alteração foi bastante trabalhosa e que foi um trabalho intenso para tornar este documento em algo mais funcional e mais completo, sempre com o intuito de facilitar o funcionamento das assembleias; informou que o documento que levou a discussão junto do grupo de trabalho foi trabalhado durante várias horas com toda a bancada do PS; salientou a importância de um documento como este e a importância das datas de entrega e envios que documentação para análise de todos os membros da Assembleia, e que, desta forma, o cumprimento deste regimento vai melhorar a qualidade da análise que pode ser feita aos documentos antes de cada sessão de Assembleia; terminou a sua intervenção a dizer que, embora este documento não seja perfeito, de momento é o que melhor serve o seu propósito; sugere que o documento que vai ser votado, seja corrigido em alguns preciosismos relativamente ao português empregue e partilha com todos as alterações que devem ser feitas ao documento. Tomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa para dizer que o documento que vai ser votado neste ponto irá ter todas as correções de português assinaladas por Elisabete Alves; relativamente ao artigo 34º, Publicidade das deliberações, passa a ter a seguinte redação: 1. Para além da publicação em Diário da República quando a Lei

expressamente o determina, as deliberações dos órgãos autárquicos, bem como as decisões dos respetivos titulares, destinadas a ter eficácia externa, devem ser publicadas em edital afixado nos lugares de estilo durante 5 dos 10 dias subsequentes à tomada da deliberação ou decisão, sem prejuízo do disposto em legislação especial; o regimento alterado que vai ser votado irá ser enviado a todos os membros da assembleia com todas as alterações aprovadas por todos. Toma a palavra a Senhora Presidente da Junta para dar os parabéns à comissão de trabalho que elaborou o documento em discussão, salientando que este documento está muito mais completo que o anterior, o que vai fazer com que as assembleias possam decorrer de uma forma muito mais simples, uma vez que o documento esclarece a forma correta como estas devem decorrer. O Presidente da Mesa levou o documento a votação e este foi aprovado por unanimidade e por minuta. -----

--- O Senhor Presidente de Mesa passou ao ponto 8 da ordem do dia, Apresentação, Apreciação e Votação do Mapa de Pessoal para o ano de 2022. Tomou a palavra a Senhora Presidente da Junta para falar do mapa de pessoal que é aqui apresentado e apenas informou que o mapa irá manter o mesmo número de colaboradores. Tomou a palavra Luís Matias para dizer que o mapa de pessoal é um documento muito importante da Junta de Freguesia, uma vez que os recursos humanos consomem muitos recursos da Junta, como se pode verificar nos valores apresentados; questionou o executivo relativamente a novos postos de trabalho, uma vez que existe uma rubrica no orçamento relativamente a novos postos de trabalho e questionou o executivo se esta verba tem a ver com alguma transferência de competências que está prevista; questionou o facto de estarem alguns trabalhadores a termo resolutivo e o porquê desta situação e questionou também sobre o facto de estarem apresentados 15 lugares que não estão ocupados. Tomou a palavra a Senhora Presidente da Junta para responder às questões colocadas e começou por dizer que está a decorrer um concurso para admissão de 15 assistentes operacionais para reforço das competências e capacidade de intervenção nas escolas; relativamente ao termo resolutivo, estes contratos dizem respeito a delegação de competências que podem terminar a qualquer momento e desta forma a Junta não se pode responsabilizar por manter um corpo de 40 funcionários; relembra que alguns dos postos já previstos não estão ainda ocupados e daí existirem concursos a decorrer para que sejam ocupados. Tomou a palavra Luís Matias para questionar a Junta se os sessenta mil euros da rubrica em questão no orçamento são para acomodar as pessoas que vão contratar. Tomou a palavra a Presidente de Junta para dizer que o diferencial em termos orçamentais são as pessoas que vão ser colocadas em termos de trabalho, postos que não estão ocupados, mas que a Junta pretende ocupar. O Senhor Presidente da Mesa levou o ponto número 8 a votação e este é aprovado por unanimidade e por minuta. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa passou ao ponto 9 da ordem do dia, Apresentação, Apreciação e Votação do Orçamento para o ano 2022 e solicitou que se discutisse conjuntamente com o ponto 10 da ordem do dia, Apresentação, Apreciação e Votação das Grandes Opções do Plano (PPI e PPA) para 2022/2025. Tomou a palavra a Senhora Presidente da Junta que referiu que o documento enviado é altamente técnico e que não foi elaborado pelo executivo, tendo apenas sido dadas as orientações para a sua elaboração pelos colaboradores da estrutura, que fizeram um trabalho bastante meritório; referiu ainda que houve uma reorganização interna de serviços, a qual consta da informação do Presidente em termos de organograma, e cuja redefinição vem também do anterior executivo, através da qual houve uma separação dos recursos humanos e contabilidade, sendo a primeira vez que estes novos técnicos fizeram este documento de raiz; referiu que se trata de um

orçamento real e que não tem nenhuma extrapolação para gastos supérfluos e que foi concebido e criado com muita noção da realidade. Tomou a palavra a Tesoureira da Junta para fazer uma análise breve e traçar alguns dos pressupostos que estiveram na base da elaboração deste orçamento e das grandes opções do plano, documentos previsionais que integram o Plano Plurianual de Investimentos e o Plano Plurianual de Atividades e onde é feita a expressão financeira dos objetivos para a Freguesia de Pombal e daquela que é a concretização do compromisso com os pombalenses; referiu que a base da preparação destes documentos teve em conta as atualizações legislativas e as regras contabilísticas em vigor, cada vez mais exigentes sobretudo para uma Freguesia que ultrapassou um milhão de euros de orçamento pelo terceiro ano consecutivo; referiu que para a sua preparação fizeram uma análise histórica do exercício anterior e do exercício ainda em curso, tendo também reunido com o Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores para apresentação de algumas situações que deveriam integrar o PPI e PPA do Município de Pombal e ainda as intenções da Junta de Freguesia quanto ao futuro e o modelo de colaboração, de forma a fazer mais pela Freguesia; referiu ainda que se optou por contemplar os investimentos que já têm garantias de execução e que estão formalizados, sendo que o que está em estudo será posteriormente contemplado; referiu ainda que reuniram com o Partido Socialista ao abrigo do direito de oposição e com os cabeças de lista dos outros partidos que não foram eleitos mas que se entendeu que poderiam contribuir para a gestão dos próximos quatro anos; referiu que o saldo de gerência apenas poderá ser integrado na próxima Assembleia, quando for feita a prestação de contas, e nessa altura será feito o reforço de algumas rubricas, referindo que vão encontrar no Plano Plurianual de Atividades rubricas só com o valores em aberto, o que não significa que não se dê prioridade a essas iniciativas, mas sim com a perspetiva de integração do saldo de gerência nessas atividades; referiu ainda que em termos globais o valor é de um milhão, seiscentos e sessenta e seis mil, novecentos e trinta euros, sendo a receita corrente superior à despesa corrente e em termos de capital verifica-se uma receita inferior àquela que é a despesa de capital, o que significa que se cumpre um equilíbrio orçamental, por um lado, a receita é igual à despesa e, por outro lado, a despesa de capital é superior à receita de capital. Aproveitou ainda para destacar algumas rubricas, designadamente as principais receitas correntes como o fundo de financiamento às freguesias e transferência de competências, em que a expectativa é que, caso seja aprovado o orçamento de estado, o valor seja superior em cerca de vinte e nove mil euros, mas que como não está aprovado apenas foram considerados os valores do orçamento em vigor; as receitas com os protocolos com o Município e com o pessoal dos acordos de execução e contratos interadministrativos, cerca de vinte e sete mil euros; receitas com recenseamento e atos eleitorais, considerando as eleições de 30 de janeiro, e perspetiva-se que em relação ao ato eleitoral em que se realizou as Autárquicas esse valor seja pago ainda este ano e caso não seja será feita a sua integração em abril; componente de apoio à família, atividades de enriquecimento curricular e refeições escolares – cerca de cento e vinte e nove mil euros, estando em processo de renegociação dos valores atribuídos por parte do Município para corresponder ao aumento dos preços do mercado –, que têm uma expressão muito forte; refeições da ação social em que há participação do Município no valor de cento e setenta e um mil euros; faixas de gestão de combustível, dezasseis mil euros; protocolo com o Município na Comissão Social de Freguesia, dezassete mil e setecentos euros, tendo sido defendido junto do Município o reforço desta verba para

conseguir corresponder às necessidades sociais; limpeza urbana, trinta e três mil e quatrocentos euros, estando em fase de negociação uma alteração a estes valores; AMPHARA e outros projetos de natureza de ação social, não está formalizado o valor com o Município, mas colocou-se o valor mínimo de vinte mil euros para execução dos serviços e para execução de projetos no próximo ano, referiu ainda que esta rubrica foi reclassificada para as receitas correntes e não de capital, uma vez que não se trata de património da Junta; e, receitas da parte de prestação de serviços para os pais é de cento e onze mil euros. Receitas de capital o maior valor advém do fundo comunitário aprovado relativo ao parque de merendas do Cotrofe, cerca de cento e trinta mil euros; aquisição de viaturas elétricas, dez mil euros, tratando-se de um financiamento a quatro anos e o pagamento das viaturas elétricas também será feito a quatro anos e é por essa razão que o valor é inferior ao valor inicialmente estabelecido, sendo que os postos de carregamento tratam-se um pagamento único e estão contemplados essas situações; o trator com braço destroçador, na ordem dos oitenta mil euros; requalificação de espaços verdes contará com o apoio por parte do Município para a componente não financiada do parque de merendas do Cotrofe e para a manutenção de espaços verdes; comparticipação do município para a aquisição de viaturas elétricas e postos de carregamento, sendo que o diferencial de valor comparando com a perspetiva do fundo ambiental é que o Município auxilie no financiamento dos postos de carregamento na totalidade. Relativamente a despesas correntes julga que não haverá dúvidas, sendo que grande parte da despesa é com pessoal, cerca de oitocentos e treze mil euros, contemplando as que já estão contratualizadas e as que são necessárias para o serviço; há ainda as refeições, cerca de cento e trinta e um mil euros; atividades de enriquecimento curricular, oitenta e cinco mil euros; seguros, cerca de onze mil euros; assistência técnica, oito mil e quinhentos euros; estudos, pareceres, projetos e consultoria, doze mil euros, e que tem a ver com o apoio em termos de sistema de avaliação de desempenho, consultoria na parte contabilística e financeira e ainda com o acompanhamento do Cotrofe; transferências e subsídios correntes para a escola, que tem a ver com competências próprias que a Junta opta por transferir a verba para as escolas em termos de material de limpeza e expediente. Referiu ainda que em termos de capital as despesas estão muito bem elencadas, sendo a verba significativa o Parque de Merendas do Cotrofe, ou seja parques e jardins, duzentos e trinta mil euros; máquinas e tratores, oitenta mil euros; aquisição das viaturas elétricas, no próximo ano, treze mil, oitocentos e vinte cinco euros, sendo que o pagamento será feito a quatro anos; instalação de carregadores, no próximo ano, cerca de vinte e seis mil euros, sendo que será feito um pagamento único; abertura e conservação de estradas, bermas e caminhos, dezasseis mil e quinhentos euros. O PPA contempla as ações mais relevantes e onde são incluídas as iniciativas a realizar na comunidade, sendo que a verba não determina a priorização das ações, antes vai depender da tipologia, havendo ações que podem ser desenvolvidas com pouco dinheiro ou que nem sequer necessitam de ser inscritas; referiu que em termos cronológicos terá prioridade o prémio literário António Serrano, Comemorações do dia dos centros históricos, Pombal em Rolamentos, Oh da Praça, Festa da Criança e Crianças ao Palco e referiu também que com o reforço do capital terão outra dotação orçamento o Bioartes, Gala do Desporto, Elevação de Pombal a Cidade, Concurso de Fotografia, Cultura nas Aldeias, Galardão Eco-Aldeias, Balcão Digital, Encontro Literário no Feminino, Encontro Intercultural de Pombal, Programa de Saúde e Bem estar, Dinamização do Parque de merendas do Cotrofe, Semana Gastronómica Sabores do Mercado. Referiu ainda que em termos de PPI as principais ações são as que já foram referidas,

deixando uma nota de reconhecimento aos colaboradores da Junta pelo exímio trabalho na tentativa de obter um orçamento o mais rigoroso possível. Tomou a palavra a palavra Elisabete Alves, referindo que do ponto de vista político e dos interesses dos fregueses, em primeiro lugar, não é aceitável que documentos desta natureza cheguem com menos de 48 horas, dada a sua importância, para que possam ser convenientemente analisados e para que possam ser dados contributos por parte da oposição, e que só por essa razão já merece o voto contra da bancada do PS; referiu que da leitura feita, e no seguimento da reunião realizada ao abrigo do estatuto do direito de oposição onde foram apresentadas propostas, não vê espelhadas nos documentos previsionais as propostas apresentadas; referiu que concordaram com um conjunto de investimentos que constam e que têm a ver com necessidades da freguesia, mas que da análise do PPI, PPA e Orçamento entende que este orçamento está refém do Município e não prevê investimento para os anos 2023, 2024, 2025 e 2026, contrariamente ao que entendem que um Plano Plurianual de Investimentos deve transmitir; refere que se verifica que não há investimento na freguesia, designadamente se atentarmos nos totais verifica-se um orçamento de um milhão, seiscentos e sessenta e seis mil euros e em termos de investimento são trezentos e setenta e cinco mil euros, verificando-se investimento no Parque de Merendas do Cotrofe, não se verificando investimento para colmatar as necessidade de habitação social, e, ainda, verificando-se que, na página 10 das GOP, nos documentos previsionais da gestão do Município para o ano 2022 fala-se em valores e projetos que questiona se são projetos do Município ou da Junta, e o que é que a Junta fez ou vai fazer que tenha a ver com estes investimentos; questiona ainda, relativamente ao investimento previsto para 2022 que ronda os cinco milhões de euros, se é investimento da Câmara ou se tem alguma atuação da Junta de Freguesia, que parece não ter; refere que se aumentou investimento em diversas áreas, mas que se resume ao Parque de Merendas do Cotrofe, veículos elétricos, aproveitando para questionar se estes veículos elétricos têm a ver com veículos para manutenção na área ambiental e se o posto de carregamento é para esses mesmos veículos, e referiu que teria sido importante que se tivesse enviado os orçamentos dos veículos elétricos, posto de carregamento e do trator, e que tivessem existido três orçamentos de cada um destes elementos; referiu que é lamentável que não tenham mais tempo para falar sobre este ponto, embora não tivessem tido muito tempo para analisar os documentos, aproveitando para questionar onde está o investimento, que se resume a três questões, não há criatividade, e que o trabalho que a Junta faz é de mera prestadora de serviços do Município que gere o dinheiro que vem do Município e da Administração Central referente a matéria de delegação de competências; referiu também que é tão importante a questão dos espaços verdes, limpeza e que comparativamente com grandes despesas com festas e prémios não tem valores tão significativos; refere que por todas estas questões o voto não pode ser favorável. Tomou a palavra a Senhora Presidente de Junta para dar resposta às questões levantadas por Elisabete Alves, referindo que contrariamente ao entendimento da bancada do PS, este orçamento é bastante criativo e deixa abertura para que apresentem sugestões criativas em matéria de receita; referiu que em termos de criatividade foi possível aceder a fundos de financiamento comunitários e aos fundos de financiamento ao fundo ambiental para investimento de capital, nomeadamente no Parque de Merendas Cotrofe, onde um orçamento que ronda os duzentos mil euros irá ser financiado em mais de 80% pelo PRODER 2020; referiu que também no Fundo Ambiental souberam aproveitar o investimento de 50% que foi oferecido às autarquias para que se pudesse ir gradualmente substituindo a frota existente para termos dois veículos

elétricos; referiu que relativamente à habitação, considerando os valores muito elevados do mercado para aquisição de imóveis, e por uma questão de boa governança entende que uma Junta de Freguesia fortemente direcionada para ajudar a comunidade, sobretudo ao nível da educação, não se deveria endividar para adquirir habitação social, uma vez que essa é a função do Estado Central através do financiamento dos Municípios para fazerem essa gestão; referiu que temos uma boa Comissão Social de Freguesia, que tem uma grande rede de proximidade de forma a identificar com exatidão todos os agregados familiares que necessitam e que têm condições menos dignas de habitabilidade; relativamente aos orçamentos, referiu que a Junta de Freguesia tem uma gestão transparente e instrui sempre os processos com três orçamentos, sendo os contratos publicados na BASEGOV, são públicos para consulta e qualquer que seja a contratação de bens e serviços para a Freguesia de Pombal serão sempre tramitados de acordo com a legislação de contratação pública, reforçando que são sempre pedidos os três orçamentos; relativamente aos serviços na área ambiental referidos por Elisabete Alves, refere que a Junta não tem serviços nessa área, antes tem uma forte apetência para a área ambiental e é por isso que tem o galardão das eco-freguesias para tentar motivar a população e para a própria Junta ter regras para tentar ser uma Freguesia mais amiga do ambiente; refere lamentar que não tenha sido analisado o orçamento com mais equidade, uma vez que três das propostas apresentadas na reunião, designadamente Pombal Pedonal, a Reabilitação da Ermida dos Malhos e os Miradouros estão contemplados em orçamento, e relativamente aos quais a Junta vai estar atenta para possíveis fontes de financiamento para estes e outros projetos que tenham sido apresentados e do interesse da população; referiu ainda que relativamente aos cinco milhões de euros em investimento na Freguesia de Pombal trata-se de um investimento que tem um grande cunho da Junta e que resultou da tomada de posição nas reuniões que ocorreram relativas ao PPI e PPA. Tomou a palavra a Tesoureira da Junta para, em primeiro lugar, apresentar um pedido de desculpas a esta Assembleia por não terem conseguido entregar os documentos com maior antecedência; referiu ainda que relativamente à norma de controlo interno que a Junta está a colocar em prática o plano de gestão de riscos e infrações conexas que também é importante para a gestão da Freguesia; relativamente ao investimento, refere que fez um resumo dos valores mais significativos, para que fosse perceptível que se tratam de valores que comprometem muito a Freguesia e que é do entendimento deste executivo que não devem ser realizados investimentos sem serem muito bem planeados e que comprometam aquela que é a estabilidade financeira desta Freguesia, sobretudo considerando a elevada despesa com recursos humanos existente e que são efetivamente necessários por conta dos acordos que existem e que aproximam a Junta da população; refere ainda que a previsão de valores tem muito em conta os valores do próximo ano, apesar de no descritivo dar-se nota do que serão os anos seguintes, optaram por concretizar para os próximos anos aqueles investimentos que já têm uma garantia de plurianualidade, como é o caso das viaturas elétricas; aproveitou ainda para elencar uma série de investimentos que estão previstos, designadamente obras de beneficiação do edifício sede da freguesia, conservação e reparação de escolas do primeiro ciclo e pré-escolar, reconstrução e beneficiação de fontanários, gestão e conservação de balneários, Cotrofe, manutenção de espaços verdes, requalificação do parque de lazer da Guístola, miradouro da Sicó – proposta do partido socialista –, requalificação da zona envolvente à Ermida dos Malhos – proposta do partido socialista –, eco-parque sensorial intergeracional, gestão e conservação de equipamentos desportivos, beneficiação e reparação de parques infantis,

abertura de estradas e conservação de bermas e caminhos, conservação e reparação de calcetamento de ruas e passeios, colocação e manutenção de sinalização toponímica, colocação e manutenção de abrigos de passageiros, Pombal Pedonal – proposta do partido socialista –, reformação e transformação de viaturas, aquisição de equipamentos administrativo, aplicação geopombal, banco de coletividades, Pombal Emprego Jovem, ferramentas e utensílios, equipamento de hotelaria, parque canino, hortas comunitárias, referindo que não obstante algumas das rúbricas se encontrem apenas abertas e que tenham pouca expressão orçamental, certo é que algumas delas não precisarão de um forte investimento orçamental e outras delas dão nota daquela que é a perspetiva do executivo quando estiverem reunidas as condições financeiras para realizar esses investimentos; aproveitou ainda para dar nota quanto à questão dos vencimentos, referindo que os valores de quem está a tempo inteiro ou a meio tempo e de quem está na Assembleia e na Junta são todos tabelados e a Junta cumpre com rigor essa tabela, pelo que a tesoureira pelo meio tempo aufero o valor de oitocentos e quarenta e um euros e oitenta e cinco cêntimos, o vencimento de um presidente de junta a tempo inteiro e em exclusividade é de mil, seiscentos e oitenta e três euros e setenta e um cêntimos, acrescidos de quinhentos e cinco euros de despesas de representação e subsídio de férias e subsídio de natal, a secretária aufero duzentos e quarenta e quatro euros e noventa e seis cêntimos, o primeiro e segundo vogal recebem senha de presenças no valor de vinte e um euros e quarenta e três cêntimos e os membros da Assembleia recebem senhas no valor de quinze euros e trinta e um cêntimos. Tomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa que colocou à votação o ponto 9 da ordem do dia e este foi aprovado por maioria e por minuta, com quatro votos contra da bancada do PS. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa que colocou à votação o ponto 10 da ordem do dia, e este foi aprovado por maioria e por minuta, com quatro votos contra da bancada do PS. -----

O Senhor Presidente da Mesa passou ao ponto 11 da ordem do dia, Apresentação, Apreciação e Votação de Autorização Prévia Genérica para Assunção de Compromissos Plurianuais. Tomou a palavra a Senhora Presidente da Junta para fazer um enquadramento relativo a este ponto, referindo que se trata de uma autorização prévia genérica para assunção de compromissos plurianuais, sendo que muitos deles são relativos à tramitação diária e de apoios à Freguesia e que pode ser contratada no valor máximo de cem mil euros. Tomou a palavra Elisabete Alves, para referir que o voto da bancada só pode ser favorável tendo em conta que se o executivo não tiver isto aprovado não tem poderes para trabalhar e para poder cumprir aquilo a que se propõe, independentemente dos investimentos previstos contrários à visão da bancada do PS, não pretendem impedir ou complicar a execução das suas propostas, pelo que não podem votar contra. Tomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa que colocou à votação os pontos 11 da ordem do dia e este foi aprovado por unanimidade e por minuta. -----

O Senhor Presidente da Mesa passou ao ponto 12 da ordem do dia, Marcação da Próxima Sessão da Assembleia. Tomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa para propor que a próxima Assembleia de Freguesia se realize na Aldeia dos Redondos, cumprindo a proposta apresentada em assembleia anterior, mas que a pandemia não permitiu que ali se realizasse. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa passou ao ponto 13 da ordem do dia, Intervenção do Público. Tomou a palavra Telmo Lopes, representante do CDS-PP, que após cumprimentar todos os presentes, referiu que foi com tristeza que o CDS-PP se viu afastado da representação nesta Assembleia; deu ainda nota que a comunicação remetida ao Senhor Presidente da Mesa por parte da representante da Concelhia do CDS não obteve resposta por parte da Junta; aproveitou ainda para congratular a Assembleia pela aprovação do novo regimento e para solicitar que seja remetida cópia do regimento ao CDS-PP; congratulou ainda a Junta pelo retorno da boa prática da divulgação das atas da Assembleia no site, mas dá nota que existe um período de seis anos que não tem atas disponíveis na página, solicitando que retifiquem essa situação; aproveitou ainda para solicitar que as convocatórias sejam divulgadas com maior antecedência e que sejam divulgadas nas redes sociais; aproveitou ainda para deixar sugestões que entendem ser úteis em matéria de educação, designadamente para combater a abstenção, propondo o agendamento de um debate anual na secundária do nosso agrupamento, na ETAP e no IPL, com a participação dos diversos partidos políticos, em formato a definir, para explicar a importância da democracia; alteração do formato das atividades extracurriculares no ensino primário, convidando à maior participação das associações e outras entidades com competência demonstrada na área educativa, levar atividades desportivas, culturais, artesanais e outras, introduzindo o fator de escolha por parte dos alunos; ainda relativamente à educação, solicitou esclarecimentos em relação às obras da Escola Conde Castelo Melhor, que estão previstas no orçamento e que sabe que o projeto está em fase de estudo de especialidades, e se já existe definição de quando é que as obras irão iniciar e se vão começar a tempo do próximo ano letivo; aproveitou ainda para questionar a Senhora Presidente de Junta se tem novidades sobre as obras do IC2, nomeadamente quanto à travessia pedestre dessa via junto à zona desportiva e junto à rotunda do alto do cabaço, lembrando que na Assembleia de 30 de setembro o atual Presidente da Câmara prometeu dar prioridade a este tema e que já teria reunido com as infraestruturas de Portugal na semana passada; aproveitou ainda para solicitar que sejam requeridas à Câmara Municipal intervenções para substituição dos semáforos no centro da cidade por equipamentos de mudança automática de sinal com temporização visível, bem como colocada lombas e/ou semáforo com controlo de velocidade na descida da localidade do Barrocal para a rotunda do agricultor, e ainda que seja feito um levantamento das situações de passeios degradados e que não disponham de rampas de acesso a cadeira de rodas ou cadeiras de bebés, para futura intervenção e um levantamento das situações das paragens de autocarro em situação avançada de degradação, para ser requerida a sua substituição, eliminação de paragens não utilizadas e criação de novas nos locais em que se justifique. Tomou a palavra Cid Ramos, que depois de cumprimentar todos os presentes, solicitou esclarecimentos quanto às obras de requalificação da zona envolvente da Ermida dos Malhos, uma vez que é uma situação para a qual já vem alertando há 11 anos; referiu ainda que é uma boa iniciativa da Junta promover a preservação dos fontanários, bem como promover miradouros; aproveitou ainda para questionar a Presidente da Junta quanto à abertura do caminho que liga o Pinheirinho ao Parque de Merendas do Cotrofe; solicitou ainda que a Junta fizesse pressão junto do Município quanto à estrada que liga o Vale da Cavadinha aos Malhos para que seja asfaltada, reconhecendo o trabalho que tem sido feito por esta Junta. Tomou a palavra a Senhora Presidente da Junta para dar resposta às intervenções do público que, desde logo, agradeceu as intervenções; relativamente à comunicação recebida por parte do CDS a solicitar alguma documentação que só agora está a

ser aprovada em Assembleia de Freguesia e que por essa razão ainda não poderia ser remetida, mas que será encaminhada antes do termo do prazo de 10 dias para resposta; agradeceu as sugestões construtivas que foram apresentadas; relativamente às obras da Conde Castelo Melhor, não sendo obras da competência da Junta, informou que está em fase de especialidade e está a ser avaliada, mas não tem conhecimento de prazos e o mesmo acontece em relação às obras do IC2, mas assim que tenham essa informação também poderá partilhar; relativamente à Rua 8 de Dezembro é uma situação que está sinalizada, tendo sido já solicitado que fossem reforçados os meios de diminuição da velocidade naquela zona, estando o pedido a ser analisado pelo Município; relativamente aos abrigos de passageiros, a Junta tem estado em articulação com o Município para colocar novos abrigos na Freguesia e melhorar a qualidade de vida dos utilizadores da rede de POMBUS e outras redes de transportes públicos; relativamente ao direito de resposta, houve uma reunião com o cabeça de lista do CDS e por isso estranha a comunicação que foi remetida quanto a este assunto; relativamente à questão da Ermida dos Malhos referiu ser uma prioridade, mas a Junta está a aguardar a oportunidade para recorrer a fundos comunitários para que não se endivide a Freguesia; relativamente à Rua do Ribeiro Santo, a rua que liga o Vale da Cavadinha aos Malhos, referiu que não é apenas essa que está em falta, faltando também na Rua da Escola, ruas nos limites de freguesia na zona dos Barros da Paz, entre outras, sendo importante a melhoria das vias; relativamente à Rua que liga o Pinheirinho ao Cotrofe o procedimento já foi adjudicado à empresa, sendo que iriam iniciar as obras a meio do mês, tendo já sido contactados os oitenta proprietários; relativamente aos fontanários, há sempre a preocupação de indo fazer intervenções com regularidade, submetendo-os a controlo analítico e colocando editais com informação. -----

--- Tomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa para dar por encerrada a sessão e agradecer a presença e contributos de todos. -----

Presidente da Mesa da Assembleia: _____

1.ª Secretária da Mesa: _____

2.ª Secretária da Mesa: _____